

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA**

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS EQUIPAMENTOS DE AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO (AVAC) DAS INSTALAÇÕES AFETAS AO CMRA, HOSA, HPV, DISTI E DJ DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

PROCESSO N.º **21DC33CP020**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO**

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS	4
1. OBJETO DO CONCURSO	4
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	4
3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE O CONTRATO A CELEBRAR	4
4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL	5
5. AGRUPAMENTOS	5
6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA	6
7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO	6
8. PREÇO BASE	7
9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	8
10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	8
11. REVISÃO DE PREÇOS	9
12. CAUÇÃO	9
13. SEGURO	9
14. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO	10
15. PENALIDADES	10
16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
17. RESPONSABILIDADE	11
18. RESOLUÇÃO	12
19. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML	13
20. ATOS DE TERCEIROS	13
21. PUBLICIDADE	13
22. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	13
23. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	14
24. CONFIDENCIALIDADE	15
25. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR	16
26. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	16
27. GESTOR DO CONTRATO	17
28. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	17
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS/ESPECIAIS	18
29. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A CONTRATAR	18
30. HORÁRIO	19
31. APOIO TÉCNICO	19
32. PROCEDIMENTOS GERAIS A OBSERVAR	20
33. MANUTENÇÃO CORRETIVA	21
34. SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS	22
35. MANUTENÇÃO PREVENTIVA	22

36. QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	24
37. PESSOAL.....	24
38. DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO PARA O EXTERIOR	24
39. RELATÓRIOS DE INTERVENÇÃO	25
40. TAXA DE DISPONIBILIDADE DO EQUIPAMENTO	26
41. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO	26

ANEXOS:

ANEXO A: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO B: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXOS C E E: LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS

ANEXOS D E F: PERIODICIDADES MÍNIMAS DA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do concurso público para **Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Assistência Técnica aos Equipamentos de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) das Instalações Afetas ao CMRA, HOSA, HPV, DISTI e DJ da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** em conformidade com as condições e características técnicas definidas neste caderno de encargos.
- 1.2. O presente procedimento encontra-se organizado por **2 (dois) Lotes**, cuja composição está descrita nos **ANEXOS C E E** do presente Caderno de Encargos:
- **LOTE 1** – Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA), Escola Superior de Saúde de Alcoitão (ESSA), Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA) e Unidade Cuidados Continuados Integrados São Roque - Hospital Pulido Valente (HPV);
 - **LOTE 2** – Direção de Sistemas e Tecnologias de Informação (DISTI) e Departamento de Jogos (DJ);

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita na Calçada da Glória, n.º 53, 1250-112 Lisboa, com o endereço eletrónico compras@scml.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE O CONTRATO A CELEBRAR

Na execução do contrato objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a) As cláusulas do contrato, considerando-se integradas no mesmo este Caderno de Encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimentos de erros e omissões identificados pelos Interessados e expressamente aceites pela SCML, e ainda a proposta do Adjudicatário e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no Programa do Concurso;
- b) Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto do contrato a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante;
- c) As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes a cada tipo de serviços a prestar.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1.** Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
- 1.º** Os termos dos suplimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pela SCML e expressamente aceites pela SCML;
 - 2.º** Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos;
 - 3.º** O presente Caderno de Encargos, com todas as peças que o constituem;
 - 4.º** A proposta do Adjudicatário;
 - 5.º** Os esclarecimentos sobre a proposta do Adjudicatário, prestados pelo mesmo.
- 4.2.** As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato e o clausulado deste resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4.3.** Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o Adjudicatário deverá:
- a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
 - b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início do contrato, o Adjudicatário deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual das prestações contratuais, tal como previsto neste Caderno de Encargos.
- 4.4.** A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna o Adjudicatário responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** As entidades associadas para executar a prestação dos serviços a objeto deste Caderno de Encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no programa do concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.
- 5.2.** No caso previsto no número anterior, a SCML celebrará um único Contrato de prestação de serviços com o agrupamento, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente e cada um por si perante a SCML, pelo cumprimento integral do contrato que firmaram.

- 5.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida, a sua responsabilidade pela execução da prestação dos serviços perante a SCML transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.4. No caso previsto no ponto anterior, a SCML, se o entender, poderá ainda rescindir o contrato, sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do Agrupamento/Consórcio, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.5. Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deverá ser solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
- 5.6. O agrupamento deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do Adjudicatário.
- 5.7. Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar todos os membros do agrupamento se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA

A SCML reserva-se o direito de adquirir ou de mandar adquirir por outrem, quaisquer serviços a que se refere o presente Caderno de Encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com o Adjudicatário.

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. O (s) contrato (s) a celebrar na sequência do presente procedimento entra (m) em vigor na data sua da assinatura, e terá (ão) a duração de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar daquela data.
- 7.2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o (s) contrato (s) mantém-se em vigor desde a data da sua assinatura até à prestação integral dos serviços objeto do presente procedimento, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do (s) contrato (s).
- 7.3. Não obstante o disposto nos números anteriores da presente cláusula, é possível recorrer a um procedimento aquisitivo por ajuste direto para a celebração de um futuro contrato com o Adjudicatário do presente procedimento, conforme previsto no ponto **23.** do Programa do Concurso.

8. PREÇO BASE

- 8.1.** Pela execução de todas as prestações objeto do (s) contrato (s) a celebrar, para efeitos de apresentação de proposta que englobe os **2 (dois) LOTES**, o preço base global é de **€ 210.000,00 (duzentos e dez mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal aplicável.
- 8.2.** O preço base referente à execução de todas as prestações objeto do(s) contrato (s) a celebrar para cada um dos lotes é o seguinte:
- 8.2.1. Lote 1 - € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros)**, distribuídos da seguinte forma:
- 8.2.1.1. € 100.000,00 (cem mil euros)** correspondentes ao preço base destinado ao pagamento dos serviços de manutenção e assistência técnica contemplados nas Cláusulas Técnicas e no anexo C do presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal aplicável;
- 8.2.1.2. € 50.000,00 (cinquenta mil euros), valor fixo**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que se destinam ao pagamento de mão-de-obra e deslocações para a realização de qualquer outra verificação ou manutenção que, embora não especificada nas listagens, seja fundamental para o funcionamento e segurança dos equipamentos, bem como para o fornecimento e montagem de novos equipamentos e outros materiais ao abrigo de manutenções corretivas.
- 8.2.2. Lote 2 - € 60.000,00 (sessenta mil euros)** distribuídos da seguinte forma:
- 8.2.2.1. € 35.000,00 (trinta e cinco mil euro)** correspondentes ao preço base destinado ao pagamento dos serviços de manutenção e assistência técnica contemplados nas Cláusulas Técnicas e no anexo E do presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal aplicável;
- 8.2.2.2. € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), valor fixo**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que se destinam ao pagamento de mão-de-obra e deslocações para a realização de qualquer outra verificação ou manutenção que, embora não especificada nas listagens, seja fundamental para o funcionamento e segurança dos equipamentos, bem como para o fornecimento e montagem de novos equipamentos e outros materiais ao abrigo de manutenções corretivas.
- 8.3.** O preço base do presente procedimento foi fixado tendo em consideração os valores médios resultantes de anteriores procedimentos para aquisições de bens e serviços do mesmo tipo e âmbito.
- 8.4.** No decurso da execução do contrato, a SCML pagará apenas os serviços efetivamente prestados, sendo que no caso de não ser atingido o valor total da adjudicação, tal não confere ao Adjudicatário o direito a ser indemnizado, seja a que título for.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

- 9.1.** Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SCML obriga-se a pagar ao Adjudicatário o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 9.2.** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à prestação de serviços cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SCML.
- 9.3.** O Adjudicatário obriga-se a executar pelos preços constantes do contrato, do qual a sua proposta fará parte integrante, todos os serviços constantes deste Caderno de Encargos, competindo-lhe ainda efetuar sem direito a quaisquer remunerações suplementares os serviços subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelo(s) seu(s) representante(s).
- 9.4.** São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução contratual objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
- 9.5.** No decurso dos respetivos serviços, a SCML pode solicitar ao Adjudicatário a suspensão total ou a transferência para outro local de serviços a prestar, comprometendo-se o Adjudicatário a manter os preços e as restantes condições acordadas.

10. FATURAÇÃO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico, e enviadas diretamente ao Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML, para o endereço faturaeletronica@scml.pt devendo mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML e o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 10.2.** Sem prejuízo do previsto no número anterior, nos prazos e para as entidades previstas na lei, é permitido o envio das faturas por outros suportes que não os eletrónicos para o endereço eletrónico fatura@scml.pt, ou, na impossibilidade de processamento de faturas digitais, as mesmas deverão ser enviadas para a morada do referido Núcleo sito na Calçada da Glória, n.º 53 1250-112 Lisboa.
- 10.3.** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de 30 trinta dias seguidos a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, desde que as mesmas tenham tido aprovação da SCML.

10.4. Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com o contrato, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário, não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

10.5. O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da cláusula **18.º** do caderno de encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

Não há lugar a revisão de preços.

12. CAUÇÃO

12.1. É dispensada a prestação de caução pelo Adjudicatário, por lote, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

12.2. Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a SCML reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até **10% (dez por cento)** do valor dos pagamentos a efetuar.

13. SEGURO

13.1. Sem prejuízo da aplicação das penalidades referidas no presente Caderno de Encargos e sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste Caderno de Encargos, deverá o Adjudicatário possuir seguro relativo à sua atividade, cobrindo todos os danos patrimoniais e não patrimoniais causados à SCML ou a terceiros emergentes da execução do Contrato a celebrar na sequência deste procedimento, nomeadamente, deverá ser tomador da apólice de seguro de Seguro de Responsabilidade Civil.

13.2. Os encargos referentes ao seguro imposto por este Caderno de Encargos são da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.

13.3. O seguro deverá ser contratados junto de uma Seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.

13.4. A SCML, ou seu representante, poderão exigir a todo o momento ao Adjudicatário a apresentação de cópia dos recibos comprovativos do pagamento dos prémios da apólice de seguro.

13.5. Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será de conta do Adjudicatário.

13.6. A apólice de seguro referida no número **1** da presente cláusula rege-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas às mesmas é o de Lisboa.

14. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

14.1. O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

14.1.1. Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;

14.1.2. Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes;

14.2. A modificação do contrato encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

15. PENALIDADES

15.1. No caso de o Adjudicatário não prestar serviços no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou nas estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:

15.1.1. Resolver o contrato nos termos legais;

15.1.2. Adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença de preços, e restantes encargos, a cargo do Adjudicatário.

15.2. A SCML poderá, até ao limite de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, aplicar uma penalidade diária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual, por cada dia de atraso, quando:

15.2.1. Forem excedidos os respetivos prazos; ou,

15.2.2. A prestação de serviços não estiver conforme o exigido no presente Caderno de Encargos, e o Adjudicatário não tenha corrigido no prazo fixado para o efeito pela SCML.

15.3. O gestor do contrato pode propor as penalidades que considere mais adequadas para o tipo de contrato em causa, tendo sempre em atenção o limite máximo de 20% do preço contratual, o qual pode ser elevado para 30% nos casos do artigo 329.º n.º 3 do CCP.

15.4. As importâncias resultantes das penalidades aplicadas, serão descontadas em faturas por liquidar.

15.5. Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a **20% (vinte por cento)** do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução do contrato nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.

15.6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

16. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

16.1. O Adjudicatário não poderá por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos

serviços objeto do contrato a celebrar por subcontratação, nem poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.

- 16.2.** No caso de subcontratação, o Adjudicatário permanece integralmente responsável perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes do contrato.
- 16.3.** Em caso de incumprimento pelo Adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o Adjudicatário cede a sua posição contratual ao Concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, que venha a ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.4.** A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 16.5.** Os direitos e obrigações do Adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.6.** A posição contratual do Adjudicatário nos subcontratos por si celebrados transmitem-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.
- 16.7.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

17. RESPONSABILIDADE

- 17.1.** Se o Adjudicatário ou os seus agentes, de sua iniciativa e sem autorização prévia da SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverá o Adjudicatário indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.
- 17.2.** O Adjudicatário assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.
- 17.3.** O Adjudicatário responde, nomeadamente, por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se o Adjudicatário provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela SCML.
- 17.4.** Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução do contrato resultem de dados fornecidos por escrito pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.

- 17.5.** Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, o Adjudicatário obriga-se a corrigir os erros, as desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta do Adjudicatário, sempre que a responsabilidades dos mesmos lhe seja imputável.
- 17.6.** As ações de supervisão da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Adjudicatário no que se refere à sua execução do contrato.

18. RESOLUÇÃO

- 18.1.** Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo Adjudicatário, após este último ter sido notificado desse não cumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação.
- 18.2.** A SCML poderá resolver de forma imediata o contrato em caso de incumprimento por parte do Adjudicatário, designadamente, nos casos seguintes:
- 18.2.1.** Se o Adjudicatário, sem prévia autorização escrita da SCML, transmitir a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes da presente prestação de serviços;
- 18.2.2.** Se se verificar o previsto em **15.5.**;
- 18.2.3.** Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução da prestação de serviços;
- 18.2.4.** Se se verificar a obstrução à atuação da SCML, a quem compete a verificação da execução da prestação de serviços.
- 18.2.5.** Quando o cumprimento se torne impossível;
- 18.2.6.** Quando a SCML, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.
- 18.3.** O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclui o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do Adjudicatário e da resolução.
- 18.4.** Se a resolução for imputável ao Adjudicatário, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos serviços, afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.
- 18.5.** Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do Adjudicatário será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida, ou por acionamento das garantias, pagando-se-lhe o saldo se existir. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML, o mesmo deverá ser pago pelo Adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias seguidos após a sua notificação.
- 18.6.** A SCML, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, o

contrato com o Adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, enviada, sempre que possível, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias seguidos.

- 18.7.** A SCML poderá ainda resolver o contrato, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

19. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

- 19.1.** No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Adjudicatário fica obrigado a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO A** ao presente Caderno de Encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt/>.
- 19.2.** O Adjudicatário deverá entregar, com a outorga do contrato, a DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, através da qual procede à respetiva aceitação expressa, conforme modelo constante também do **ANEXO B** ao presente Caderno de Encargos.

20. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que o Adjudicatário sofra impedimentos na execução dos serviços para que fora contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da ocorrência, informar a SCML de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto a responsabilidade.

21. PUBLICIDADE

O Adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto do presente procedimento, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

22. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 22.1.** São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação de serviços objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respetivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos.
- 22.2.** Caso a SCML venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelo Adjudicatário do disposto no ponto anterior, o Adjudicatário indemnizará a SCML por todas

as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

23. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 23.1.** Sempre que a execução do contrato implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, o Adjudicatário obriga-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
- 23.2.** Por “tratamento de dados pessoais” ou “tratamento”, entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.
- 23.3.** Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, o Adjudicatário obriga-se a:
- 23.3.1.** Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;
 - 23.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
 - 23.3.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
 - 23.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;
 - 23.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - 23.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar,

apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;

- 23.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
 - 23.3.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
 - 23.3.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor do Adjudicatário, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
 - 23.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;
 - 23.3.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.
- 23.4.** O Adjudicatário obriga-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respetivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:
- 23.4.1.** Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Adjudicatário no âmbito do presente procedimento;
 - 23.4.2.** A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.
- 23.5.** A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelo Adjudicatário, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para o Adjudicatário, mantendo-se este, em todo o caso, plenamente responsável perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.

24. CONFIDENCIALIDADE

- 24.1.** O Adjudicatário (incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados) obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do Contrato, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo, salvo motivo legal ou requerimento judicial.
- 24.2.** Esta obrigação de confidencialidade não abrange a informação que, previamente ao fornecimento da informação, já tenha sido legitimamente divulgada por ou a terceiros.
- 24.3.** Além da informação referida no número anterior, não se considera como sujeita à obrigação de confidencialidade a informação que:
- 24.3.1.** Se encontre disponível para o público em geral;
 - 24.3.2.** Ambas as partes acordem, por escrito, na possibilidade da sua divulgação;
 - 24.3.3.** Seja transmitida a qualquer das partes por terceiro;
 - 24.3.4.** Já fosse do conhecimento de qualquer das partes à data da celebração do Contrato;
 - 24.3.5.** Seja divulgada no cumprimento de uma ordem judicial ou de uma entidade reguladora com a necessária autoridade.
- 24.4.** A obrigação de confidencialidade mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança às pessoas coletivas.

25. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 25.1.** Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 10 (dez) dias de calendário, através de carta registada com aviso de receção, para que de colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.
- 25.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução do contrato objeto do presente procedimento por parte do Adjudicatário, a SCML poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

26. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 26.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser

considerada a morada da SCML indicada na **Cláusula 2.ª** do presente Caderno de Encargos.

- 26.2.** Qualquer alteração das informações de contato constantes no Caderno de Encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

27. GESTOR DO CONTRATO

- 27.1.** A SCML designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 27.2.** O Adjudicatário deverá comunicar à SCML, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que servirá de interlocutor para todas as fases de execução do contrato.

28. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 28.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos à presente prestação de serviços presente será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
- 28.2.** Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS/ESPECIAIS

29. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A CONTRATAR

- 29.1.** O objeto do contrato a celebrar compreende a **aquisição de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica aos equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) das instalações afetas ao CMRA, HOSA, HPV, DISTI e DJ da SCML**, melhor identificados nos **Anexos C e E (equipamentos)** e nos **Anexos D e F (periodicidades)** ao presente Caderno de Encargos, de modo a assegurar o seu funcionamento com a necessária fiabilidade e níveis de segurança exigidos, prolongando o tempo de vida útil e contribuindo para um maior grau de confiança dos utilizadores dos mesmos.
- 29.2.** O objeto do contrato a celebrar, referido no número anterior, inclui, designadamente, as seguintes atividades com parâmetros mínimos de manutenção:
- a)** Manutenção das capacidades normais de funcionamento dos equipamentos;
 - b)** Manutenção da segurança do equipamento e de todos os seus acessórios;
 - c)** Substituição profilática de componentes, a intervalos regulares, de acordo com o preconizado pelo fabricante;
 - d)** Diagnóstico do estado normal de cada equipamento (do estado funcional de cada equipamento/ componente);
 - e)** Ensaios gerais e específicos de funcionamento e de segurança do equipamento/sistema;
 - f)** Toda e qualquer verificação considerada fundamental para o correto funcionamento do equipamento e dos seus sistemas, incluindo os de segurança;
 - g)** Apresentação de relatórios técnicos de manutenção/ intervenção;
 - h)** Relatório com as não conformidades detetadas e propostas de medidas corretivas;
 - i)** No decorrer das ações de manutenção o adjudicatário terá de empregar todos os produtos necessário para a prevenção de legionella de acordo com as boas práticas;
 - j)** Limpeza e beneficiação dos equipamentos;
- 29.3.** As ações de assistência e manutenção deverão respeitar as normas e legislação específica da atividade objeto do contrato a celebrar e o “checklist” e periodicidades de manutenção fixadas pelo Fabricante, não podendo, contudo, em caso algum, ser inferiores às indicadas nos **Anexos D e F**.
- 29.4.** As intervenções e periodicidades identificadas nos **Anexos D e F** não isentam o Adjudicatário da responsabilidade de realizar qualquer outra verificação ou manutenção que, embora não especificada na listagem, seja fundamental para o funcionamento e segurança dos equipamentos ou cumprimento de normas e legislação específica.
- 29.5.** Para além das manutenções periódicas identificadas no **Anexo D** relativas ao **Lote 1**, é ainda obrigatória a **presença mínima de 2 (dois) técnicos residentes** com certificação TIM

3 com horário compreendido entre as 09h00 e as 17h30 a que corresponde uma carga horária de 40 h/semana distribuídas pelos 3 (três) locais que compõe o Lote 1 com horários a ajustar em sede de execução.

29.6. Incluem-se ainda no objeto, todas as operações acessórias às descritas no número anterior, designadamente:

- a)** Mão-de-obra necessária à manutenção preventiva e corretiva durante o período de vigência do contrato;
- b)** Todos os encargos de transporte ou deslocação de pessoal, equipamentos, material e respetivos riscos associados;
- c)** Todos os encargos decorrentes de avarias ou danos provocados nos equipamentos por comprovada negligência ou incompetência do técnico assistente afeto pelo Adjudicatário;
- d)** Materiais de consumo, tais como: produtos de limpeza, produtos de lubrificação, pequenos acessórios, onde se incluem, entre outros, parafusos, porcas, anilhas, vedantes e outros similares, utilizados nas rotinas de manutenção;
- e)** Remoção e tratamento de todo o tipo de resíduos – respeitando integralmente a legislação aplicável em vigor – decorrentes das ações de manutenção;
- f)** Remoção e reinstalação do equipamento quando a assistência tenha de decorrer nas instalações do Adjudicatário.

30. HORÁRIO

30.1. As assistências deverão ser realizadas no período de funcionamento de 2ª Feira a 6ª Feira entre as 08h00 e as 18h00, excluindo feriados, salvo por razões de urgência, por impossibilidade de intervenção no equipamento no período definido ou por outros motivos justificáveis.

30.2. Para os equipamentos que se encontram nas zonas do bloco operatório, recobro, central de esterilização e serviços de internamento, nos dias indicados no **Anexo D** ao presente Caderno de Encargos.

30.3. Atendendo às periodicidades mínimas das intervenções referidas na cláusula anterior, o Adjudicatário deverá agendar com a Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE) do HOSA e informar a Unidade de Conservação e Manutenção (UCM), o dia e hora em que as mesmas ocorrerão.

31. APOIO TÉCNICO

31.1. O Adjudicatário dará obrigatoriamente o apoio técnico, nomeadamente, recomendações e pareceres técnicos sobre condições de funcionamento, segurança e alterações, modificações ou necessidade de substituição do equipamento, fazendo realce desta situação no seu orçamento.

- 31.2.** As recomendações e os pareceres técnicos referidos no número antecedente tanto podem ser solicitados pela SCML durante o período de execução contratual, como devem ser fornecidos independentemente de solicitação, pelo Adjudicatário.
- 31.3.** O Adjudicatário deverá também aferir da conformidade dos equipamentos com as exigências legais e normativas em vigor aplicáveis a esses equipamentos.
- 31.4.** O Adjudicatário poderá propor alternativas e recomendações sobre as condições de funcionamento dos equipamentos.
- 31.5.** As obrigações contratuais constantes da presente cláusula, bem como das restantes, estão incluídas no preço contratual.
- 31.6.** O adjudicatário fará o levantamento de todos os números de série dos equipamentos, assim como a sua carga de gás e remeterá antes do término do primeiro semestre.

32. PROCEDIMENTOS GERAIS A OBSERVAR

- 32.1.** Cabe ao Adjudicatário a realização da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, sempre que seja necessário repor as condições de bom funcionamento ou segurança, devido a anomalias e avarias que possam surgir durante o período de vigência do contrato, incluindo a mão-de-obra para a substituição de peças / acessórios envolvidos nas ações de manutenção.
- 32.2.** Para além da manutenção preventiva ou corretiva, devem ser efetuadas revisões periódicas indicadas pelo fabricante, procedendo-se à substituição dos componentes sujeitos a desgaste e referidos nos manuais de serviço, ou sempre que o seu estado de conservação o aconselhe.
- 32.3.** Cabe ainda ao Adjudicatário a realização de ensaios para verificação do grau de segurança do equipamento para os utilizadores com a periodicidade internacionalmente recomendada para cada caso, ou de acordo com a recomendação expressa dos fabricantes, com elaboração de relatório que deverá ser entregue em tempo útil à SCML, nomeadamente à Unidade de Conservação e Manutenção (UCM) e à Unidade de Instalações e Equipamentos (UIE) do DJ, HOJA e CMRA.
- 32.4.** Deverá ser enviado à UCM e à UIE relatório sobre os equipamentos sujeitos a manutenção pelo Adjudicatário, no prazo máximo de 15 dias após a intervenção, referindo, avarias, causas, ensaios efetuados identificando os equipamentos com marca, modelo, n.º de série, carga de gás, Serviço em que está localizado e outros aspetos relevantes.
- 32.5.** Adicionalmente, poderá a UCM solicitar a apresentação de relatório de atividade, nomeadamente quanto à eficácia dos meios utilizados na manutenção, eficiência dos processos e resultados obtidos.
- 32.6.** No caso de intervenções fora do horário definido atrás, deverá o Adjudicatário informar atempadamente do horário da sua visita, para que seja acompanhado por técnico da UCM ou UIE.

32.7. Trimestralmente ou a pedido de qualquer das partes, efetuar-se-ão reuniões entre a UCM e o Adjudicatário do sentido de:

32.7.1. Realizar o balanço e avaliação da intervenção nesse trimestre;

32.7.2. Ajustar e corrigir procedimentos ou falhas detetadas.

32.8. Nas ações de manutenção preventiva deverá ser colocado um selo junto de cada equipamento com o registo da data de execução da manutenção, rubrica legível do técnico que a realizou e data da próxima intervenção.

32.9. Após cada intervenção (preventiva ou corretiva) deverá ser entregue ao responsável da UCM e UIE, o respetivo relatório de intervenção.

32.10. As intervenções deverão ainda cumprir com os regulamentos e normas em vigor aplicáveis à manutenção deste tipo de equipamentos.

33. MANUTENÇÃO CORRETIVA

33.1. Sempre que ocorra uma avaria ou anomalia em qualquer dos equipamentos a que os serviços contratados se destinam, fora dos dias programados para a manutenção preventiva e após solicitação da UCM, o Adjudicatário deverá fazer deslocar ao local a equipa técnica que considere necessária para realização do diagnóstico da avaria ou anomalia.

33.2. A percentagem máxima a aplicar aos preços secos corresponde a 40 % (quarenta por cento);

33.3. O preço máximo a pagar pela SCML para Mão-de-Obra/Hora de uma equipa composta por oficial e ajudante, em dias úteis no horário compreendido entre as 9:00 e as 17:30 horas é de € 40,00 (quarenta euros) acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

33.4. O preço máximo a pagar pela SCML para Mão-de-Obra/Hora de uma equipa composta por oficial e ajudante, em dias úteis no horário compreendido entre as 17:31 e as 8:59 horas, Fins-de-semana e Feriados é de € 50,00 (cinquenta euros) acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

33.5. O preço máximo a pagar pela SCML para deslocação para qualquer um dos locais listados nos Anexos C e E do presente Caderno de Encargos é de € 40,00 (quarenta euros) acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

33.6. Relativamente ao Lote 2, não poderá ser cobrado o valor de deslocação sempre que os técnicos residentes já se encontrem no local.

33.7. O tempo máximo de resposta após pedido de comparência do técnico não deverá ser superior a 3 horas.

33.8. O tempo máximo para a reparação e/ou a apresentação do orçamento não deve ser superior a 12 (doze) horas, podendo ser ultrapassado quando devidamente justificada.

33.9. Caso o Adjudicatário não execute a manutenção corretiva em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos, respetivos Anexos e a sua proposta, ser-lhe-á aplicada a

penalidade constante no ponto dois na cláusula décima quinta do presente Caderno de Encargos.

34. SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS

- 34.1.** Sempre que seja identificada a necessidade de substituição de peças e/ ou acessórios, a UCM deverá ser informada da necessidade da reparação, com a apresentação do respectivo relatório de intervenção.
- 34.2.** O orçamento de reparação deverá ser apresentado, com a maior brevidade possível, cumprindo o disposto no capítulo da Manutenção Corretiva, com a discriminação dos trabalhos a efetuar e peças / componentes a substituir. Somente após a aprovação escrita do orçamento é que poderá ser executado o trabalho.
- 34.3.** Todas as peças substituídas terão de possuir garantia de qualidade na origem ou certificado do fabricante.
- 34.4.** Em caso algum se aceitará a substituição de peças que alterem o equipamento e que ponham em causa a sua qualidade e a responsabilidade do fabricante do equipamento e as regras de concorrência leal, bem como o direito de propriedade.
- 34.5.** Serão inteiramente da conta do Adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da aplicação de materiais, processos de execução e manutenção que dependam de quaisquer patentes, licenças, marcas e que constituem direitos de propriedade industrial.
- 34.6.** A mão-de-obra para reparações e substituições de peças e acessórios decorrem por conta do Adjudicatário.
- 34.7.** A relação de todas as peças aplicadas deverá impreterivelmente ser entregue na UCM ou UIE, para conferência, e respetiva validação do trabalho realizado.

35. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- 35.1.** Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a periodicidade das ações de assistência e manutenção deverão respeitar as normas e legislação específica da atividade objeto do presente procedimento e o "checklist" e as periodicidades de manutenção fixadas pelo fabricante.
- 35.2.** As ações de manutenção preventivas serão no mínimo, sem prejuízo de outro tipo que se afigure necessária à perfeita execução da prestação de serviços, durante toda a vigência do contrato as constates dos **Anexos D e F** ao presente Caderno de Encargos.
- 35.3.** O Adjudicatário deverá apresentar o Plano de Manutenção e Assistência, num prazo máximo de 10 (dez) dias, após adjudicação, no qual conste a seguinte informação:
 - 35.3.1.** A programação das visitas durante o período de vigência do contrato, com a indicação do dia (preferencialmente) ou da semana prevista, para cada manutenção;

- 35.3.2.** Ficha com a indicação do tipo de manutenção proposta, com discriminação das ações a realizar e carga horária de cada intervenção por equipamento;
- 35.3.3.** Contactos do Adjudicatário para a assistência técnica e chamada de urgência;
- 35.3.4.** Identificação dos técnicos que farão a assistência e respetiva categoria profissional.
- 35.4.** O Plano de Manutenção e Assistência será validado pela UCM, reservando esta o direito de solicitar as correções ou ajustes considerados necessários.
- 35.5.** Caso o Plano de Manutenção e Assistência apresentado pelo Adjudicatário não tenha obtido a concordância da UCM/SCML, deverá o Adjudicatário apresentar outro em alternativa no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da comunicação da decisão da SCML, atendendo às ressalvas feitas pelo mesmo ao primeiro plano de manutenção apresentado.
- 35.6.** Caso o Adjudicatário não execute a manutenção preventiva em conformidade com o presente Caderno de Encargos, respetivos Anexos e a sua proposta, ser-lhe-á aplicada a penalidade constante no ponto dois da cláusula décima quinta.
- 35.7.** Excetuam-se da previsão do número anterior, as situações em que os equipamentos não sejam disponibilizados pelos serviços onde os mesmos se encontram, o que deverá ser justificado e rubricado por esse serviço na folha de obra.
- 35.8.** A manutenção preventiva pressupõe ainda o controlo eficaz dos dispositivos que tenham a ver com medidas de segurança elétrica e mecânica.
- 35.9.** Deverá ainda o Adjudicatário, através de uma ação de manutenção corretiva, evitar a degradação precoce dos equipamentos, bem como maximizar o tempo médio entre avarias.
- 35.10.** Os produtos aplicados pelo Adjudicatário na limpeza e desinfeção dos equipamentos deverão ser certificados para o efeito e os adequados para evitar a propagação de microrganismos diversos, como seja a *Legionella*, para aplicação nos tabuleiros de condensados dos equipamentos. O adjudicatário terá de fazer evidência no relatório de intervenção através de registo fotográfico
- 35.11.** Quando a SCML, por reclamação justificada da UCM concluir que a qualidade da manutenção prestada não é aceitável, reserva-se o direito de mandar proceder a análise detalhada das situações, incluindo mandar reparar os equipamentos por terceiros, debitando os encargos ao Adjudicatário, após notificação deste procedimento ao Adjudicatário.
- 35.12.** Nos locais listados onde existam sistemas do tipo bomba de calor para o aquecimento de água quente sanitária, o Adjudicatário terá de efetuar choques térmicos a toda a instalação (com temperatura da água acima dos 65°C) trimestralmente.
- 35.13.** Nos locais listados onde existam sistemas do tipo bomba de calor para o aquecimento de água quente sanitária, o Adjudicatário terá de efetuar purgas aos depósitos de acumulação trimestralmente.

36. QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 36.1.** Em qualquer momento poderá a SCML solicitar a apresentação de relatório de atividade, nomeadamente, quanto à eficácia dos meios utilizados na manutenção, eficiência dos processos e resultados obtidos.
- 36.2.** A pedido de qualquer das partes, efetuar-se-ão reuniões entre a SCML e o Adjudicatário do sentido de:
- a)** Realizar o balanço e avaliação da intervenção;
 - b)** Ajustar e corrigir procedimentos ou falhas detetadas.
- 36.3.** Caso a SCML verifique que a qualidade ou os níveis mínimos de segurança, dos serviços prestados pelo Adjudicatário não obedece aos requisitos normais e médios exigíveis para a atividade a que se destinam, notificará o Adjudicatário para que este implemente os critérios de qualidade necessários e adequados.
- 36.4.** Caso o Adjudicatário não cumpra com o disposto no número antecedente, a SCML poderá resolver o contrato, imputando ainda ao Adjudicatário os encargos acrescidos que venha a ter com a contratação de terceiros, para executarem a prestação de serviços em sua substituição.

37. PESSOAL

- 37.1.** Sempre que os técnicos se dirijam às instalações para efetuarem a manutenção, deverá o referido pessoal apresentar-se na respetiva UCM e UIE, identificando-se e informando quais os trabalhos que se propõem executar. Devem os técnicos, caso exista disponibilidade de momento, ser acompanhados por um elemento da equipa da UCM ou UIE.
- 37.2.** Antes de abandonar as Instalações da SCML deverão, obrigatoriamente, passar de novo pela UCM e UIE, a fim de deixar o respetivo relatório de intervenção.
- 37.3.** O pessoal apresentar-se-á devidamente identificado.
- 37.4.** O Adjudicatário responsabilizar-se-á por todos os danos ou acidentes ocasionados pelo seu pessoal aos utentes, pessoal e ao património da SCML.
- 37.5.** Informar a UCM e UIE sempre que se registre alteração do pessoal, nomeadamente nos técnicos indicados para a realização das assistências. Esta informação deverá ser remetida por escrito com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, devendo essa informação vir acompanhada de certificação das habilitações desses técnicos necessárias para a prestação de serviços objeto do contrato.

38. DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO PARA O EXTERIOR

- 38.1.** Quando não seja possível a reparação do equipamento nas instalações da SCML, DISTI, DJ, HOSA e CMRA a UCM autoriza a sua saída mediante o preenchimento de guia de transporte, ou documento alternativo, sendo o Adjudicatário o único responsável pelos danos causados, nomeadamente, pelo transporte, maus tratos ou extravios.

- 38.2.** O Adjudicatário não poderá retirar para o exterior, qualquer equipamento ou componente, sem o conhecimento e autorização da UCM ou UIE.
- 38.3.** Sempre que o equipamento tenha de permanecer por um período superior a 2 (dois) dias úteis nas instalações do Adjudicatário, deverá ser fornecida justificação pormenorizada da demora à UCM ou UIE.
- 38.4.** Depois de devidamente reparado, o equipamento é devolvido ao respetivo Serviço, acompanhado do respetivo relatório de intervenção que será assinada por Responsável da UCM ou UIE. Deverá ainda ser entregue o relatório dos ensaios funcionais e de segurança efetuado, devidamente validado pela UCM ou UIE.

39. RELATÓRIOS DE INTERVENÇÃO

- 39.1.** Deve ser elaborado um relatório por cada intervenção efetuada, e por cada equipamento, devendo constar neste os elementos abaixo descritos:

39.1.1. Relativamente ao equipamento:

- a)** Marca;
- b)** Modelo;
- c)** Número de série;
- d)** Número de inventário;
- e)** Número de manutenção do equipamento;
- f)** Carga de gás;
- g)** Local de instalação (Serviço/ zona onde está localizado).

- 39.2.** Relativamente à intervenção:

39.2.1. Manutenção Corretiva

- a)** Data da receção do pedido e hora de início e fim da intervenção;
- b)** Trabalho que se prevê realizar;
- c)** Anomalias verificadas;
- d)** Material aplicado (designação e se possível referência, e quantidade);
- e)** Instrumentos de medida quando utilizados (tipo, marca, modelo);
- f)** Descrição da intervenção;
- g)** Ensaaios de segurança, testes e medições realizados na conclusão da intervenção;
- h)** Assinatura legível do executante;
- i)** Espaço para confirmação técnica do trabalho, pela UCM ou UIE.

39.2.2. Manutenção Preventiva:

- a)** O relatório da manutenção efetuada deverá respeitar o ponto 38.1.1;
- b)** Deverá incluir ainda as seguintes alíneas do ponto 39.2.1: d), e), g), h) e i), caso aplicável;
- c)** Deverá ainda descrever com rigor o trabalho realizado, de acordo com o plano de manutenção aprovado e em vigor, do tipo checklist;

d) Relatório da manutenção efetuada e das reparações recomendadas.

39.3. O relatório de intervenção deverá ser confirmado e rubricado por um responsável da UCM ou UIE, ficando na UCM e UIE uma cópia do relatório.

39.4. Não serão aceites quaisquer relatórios que não cumpram os procedimentos descritos, o que determina que os custos pelos serviços que constam da mesma não serão pagos pela SCML, enquanto a mesma não for corrigida.

40. TAXA DE DISPONIBILIDADE DO EQUIPAMENTO

40.1. Deverá o Adjudicatário definir o tempo previsto para as ações de manutenção preventiva e estimar o tempo para as ações de manutenção corretiva, definindo-se assim à partida uma taxa de disponibilidade do equipamento (TDE) de acordo com a seguinte fórmula:

$$TDE = \frac{\text{N.º de dias de operacionalidade}}{365} * 100$$

40.2. A taxa de disponibilidade nunca poderá ser inferior a 97% (noventa e sete por cento), durante todo o prazo de execução contratual.

41. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal que prestar serviço na SCML, HOSA, CMRA, HPV, DISTI e DJ no âmbito deste contrato, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.

ANEXO A

CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES

DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO B

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA
CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA: _____

NÚMERO DE PESSOA COLETIVA: _____

MORADA (SEDE): _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL: _____

MORADA: _____

CARGO: _____

Tendo recebido e tomado conhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, declara que se compromete a cumprir as suas normas, além das obrigações assumidas no contrato de prestação de serviços celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em (indicar a data).

Data e Local

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do declarante e carimbo

ANEXO C

LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS – LOTE 1 (FICHEIRO PDF)

ANEXO D

PERIODICIDADES MÍNIMAS DA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA – LOTE 1 (FICHEIRO PDF)

ANEXO E

LISTAGEM DE EQUIPAMENTOS – LOTE 2 (FICHEIRO PDF)

ANEXO F

PERIODICIDADES MÍNIMAS DA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA – LOTE 2 (FICHEIRO PDF)